

## COMDEMA

### CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE

GESTÃO 2021/2023

#### ATA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA

LOCAL: Reunião virtual via aplicativo Google Meet

DATA: 25/01/2023

Em vinte e cinco de janeiro de dois mil e vinte e três, em ambiente virtual via aplicativo Google Meet, às 14:03, horário da primeira convocação, com 21 conselheiros presentes, foram abertos os trabalhos do Conselho de Defesa do Meio Ambiente – COMDEMA, em Reunião Ordinária, pela presidente Sílvia Lúcia Vieira Cabrera Merlo, a qual deu início aos trabalhos de acordo com a pauta da reunião.

- 1. Aprovação Ata da 14ª RO realizada em 13/12/22** – A qual foi aprovada por unanimidade, **após a correção** da fala do conselheiro Robson que substituiu o texto “*Robson declara **aceitar** as ponderações e que o conselheiro pode recorrer e tirar as dúvidas*”, para “*Robson declara **respeitar** as ponderações e que o conselheiro pode recorrer e tirar as dúvidas.*”
- 2. Avisos da Mesa Diretora** – A presidente Sílvia deu ciência da resposta aos conselheiros da Moção de Apelo 01/2022 enviada pelo COMDEMA à CETESB. O documento informa que não há como garantir que a Agência Ambiental de Jundiáí receberá vagas para ampliação de seu quadro, já que o novo concurso público está em elaboração e que o quadro atual está condizente com o estabelecido em 2015. A conselheira Sabrina comenta que a resposta é preocupante, pois o quadro proposto em 2015 não atende mais aos serviços que a Companhia precisa prestar em Jundiáí atualmente. O conselheiro Wagner concorda que o quadro é estável, mas o trabalho aumentou. A conselheira Sabrina informa que anteriormente A Cetesb contava com funcionários terceirizados, hoje todos os atendimentos, até telefone e portaria, são de funcionários de carreira. Finalmente a conselheira sugere que aguardemos as mudanças que podem ser realizadas pela nova gestão, inclusive porque no site consta que o organograma passa por modificação. A presidente Sílvia analisa que a morosidade dos serviços prestado “deixa de prestar serviços e aumenta o risco de irregularidades”. O conselheiro Wagner sugere que **a resposta e a moção sejam enviadas ao Prefeito** para que os órgãos interessados tenham conhecimento da situação. A presidente Sílvia propõe enviar **também a Ministério Público do Meio Ambiente**, para além da ciência da situação, entendam porque certos problemas têm um tempo de resposta tão longo. O conselheiro Nivaldo pediu que a fala da Presidente sobre a morosidade seja incluída no ofício enviado aos órgãos e o conselheiro Flavio solicitou via chat que o ofício seja enviado em **cópia para o GAEMA** (Grupo de Atuação Especial de Defesa do Meio Ambiente do Ministério Público).
- 3. Apresentação de Martim Ribeiro, Diretor de Mananciais DAE S/A Jundiáí Tema: Recursos Hídricos e as ações da DAE no município de Jundiáí** – O convidado apresentou inicialmente um panorama da água doce disponível no mundo, no Brasil, a situação do Estado de São Paulo considerando a disponibilidade mínima proposta pela ONU; falou sobre como a superfície de água reduz ao mesmo tempo que a população aumenta no Estado; apresentou as bacias que fornecem água e as de possível captação no futuro; apresentou dados demonstrando o déficit de nossa região e dependência que temos do Sistema Cantareira; apresentou uma análise da fragilidade de cada uma das bacias que do território de Jundiáí, principalmente

levando em conta a antropização; apresentou informações constantes do Programa de Gestão de Recursos Hídricos. Finalizou a apresentação afirmando que a água é um fator limitante ao desenvolvimento populacional e econômico de nosso Município e que a situação “confortável” não existe. Concluiu apresentando as ações em andamento: Plano Municipal de Recursos Hídricos; Estudo de Disponibilidade Hídrica Superficial e Subterrânea; Plano de Segurança Hídrica e Estudo de Água de Reuso. O sr. Martim disponibiliza seu contato aos conselheiros: tel. 4589-1366 e e-mail [martim.ribeiro@daejundiai.com.br](mailto:martim.ribeiro@daejundiai.com.br). A Presidente Sílvia agradeceu a apresentação e se disse muito preocupada com a situação. O conselheiro Flavio se diz também assustado, mas já há bastante tempo. Concorda com Martim em que a disponibilidade de água não é confortável. Para as bacias dos rios PCJ a disponibilidade é 450 L/segundo e do rio Jundiáí é de 280 L/segundo. Na década de 90 o engenheiro Milton Takeo já indicava que a vazão era de 200L/segundo na seca. Se o consumo é de 1.600 L/segundo e só temos 1.000 L/segundo, temos que importar água do Rio Atibaia. O que alguns políticos dizem sobre que temos água em Jundiáí para 50 anos, é falso, afirma o conselheiro Flávio. O conselheiro conclui dizendo que o ordenamento territorial tem sofrido muitas mudanças com os planos diretores e há muitos planos relativos ao assunto, mas que não estão sendo implementados. Pede então ao COMDEMA que exija os cronogramas dos planos já aprovados. A presidente Sílvia afirma que precisamos repensar o ordenamento territorial. Conta ainda que desde a época da presidência do sr. Domênico, o COMDEMA tem pedido atenção ao Prefeito sobre as novas licenças:

afirma que em cada emissão de licença retiramos um pouco do “saldo”, logo é preciso atentar sobre se há “saldo” para continuar. Finaliza dizendo que as campanhas de sensibilização junto aos usuários são imprescindíveis. O conselheiro Michel opina que se tivéssemos água acumulada, poderia também faltar tratamento a esta água, ao que o convidado sr. Martim, discorda dizendo que DAE possui capacidade instalada de tratamento superior à disponibilidade hídrica atual e que o aumento das outorgas de DAEE estão sendo cobradas. A conselheira Sílvia pergunta ao convidado sobre qual será a solução para a situação existente no bairro Retentém que está em regularização por FUMAS. A conselheira afirma que o bairro possui rede seca de captação de esgoto instalada por DAE, mas de fato existem muitas ligações clandestinas e o esgoto corre para o córrego da bacia do Jundiáí, que segundo a apresentação, era uma das bacias mais complicadas em termos de contaminação. O convidado afirma que não é bem sua área, mas que não pode regularizar saneamento em áreas de ocupação irregular e que há uma contestação na justiça da licitação da obra que iria atender toda a região do bairro Traviú, incluindo o Retentém, o que provocará demora para a solução do caso. O conselheiro Michel, que representa FUMAS, afirma que o Retentém se encontra em regularização, mas que não vão finalizar enquanto não houver ligação do esgoto, pois esta é uma exigência legal. O conselheiro Wagner e a conselheira Sabrina propõem como solução ao impasse, a implantação de solução alternativa coletiva (fossa coletiva) como medida emergencial para o caso. O conselheiro Jean concorda com a sugestão e combina com o convidado para tratarem posteriormente o tema, acionando também o responsável técnico da citada regularização. A conselheira Sabrina pergunta ao convidado se DAE já negou algum pedido de água e esgoto, ao que o convidado, sr. Martim, diz que sim, inclusive recentemente. No caso, foi sugerido ao empreendimento que reduzisse o número de unidades devido à impossibilidade de fornecimento da quantidade de água solicitada no projeto. A conselheira Sabrina conclui dizendo que nos casos em que DAE não puder atender, os projetos terão de incluir solução individual, deixando claro

que DAE não nega, apenas sugere outras formas. O convidado responde que esgoto seria possível em soluções individuais, como no caso do Retentém, e que outorgas para água podem ocorrer por meio de solicitação ao DAEE. Com relação às contrapartidas com plantio nas bacias, o convidado afirma que já possuímos o Programa Nascentes Jundiaí, ao que a conselheira Sabrina lembra da dificuldade que é garantir um banco de áreas e convencer os proprietários das terras. A conselheira Vânia fala da sua preocupação com as nascentes da Serra, que um levantamento precisa ser refeito e que o COMDEMA precisa pensar como tratar as mudanças climáticas. Afirma também que as pessoas “compram a área como contrapartida”, mas que o prejuízo ambiental é da sociedade como um todo. A presidente Sílvia agradece ao convidado e também ao conselheiro Wagner por intermediar o convite. Antes de iniciar os itens da pauta sobre pareceres, o conselheiro Wagner pediu autorização para apresentar mais dois pareceres que surgiram após o envio da convocação. A presidente Sílvia concordou em incluir, se houvesse tempo, e os conselheiros não apresentaram objeção.

4. **Parecer da CTUOS referente a proc. 19.551/2013 sobre a manifestação de implantação de ciclovia na av. Luiz José Sereno, no bairro Eloy Chaves, no trecho da Serra do Japi** – O conselheiro Vitor projetou e leu o parecer da CT aos conselheiros presentes. Informou que o processo já possuía parecer positivo do Conselho da Serra e a CTUOS do COMDEMA também é favorável, mas o processo deve voltar quando houver um projeto. O conselheiro Flávio manifestou-se dizendo que a ciclovia é importante, mas há absurdos em Jundiaí. Há o movimento “Pedala Jundiaí” que tem propostas e que questionou o local de implantação, na época da construção de trechos da ciclovia. Este local específico do processo, por exemplo, diz o conselheiro, as pessoas andam na rua, o volume de pessoas é muito grande, provavelmente irão usar a ciclovia para caminhar também. O conselheiro conta que o fluxo de pessoas em caminhada é tão grande que certa vez presenciou pessoas atacando um veículo que tentava trafegar no local. Considerando isso, o conselheiro questiona o gasto de uma EIV neste local, inclusive porque a ciclovia não teria interesse em mobilidade, apenas para passeio. O conselheiro Wagner alerta os conselheiros que se mandarmos o processo seguir, significa considerar a obra pertinente, pois não tem sentido enviar para gastar com um projeto que não será aprovado. O conselheiro Vitor concorda dizendo que a CT concordou com a ciclovia, apenas pede para conhecer o projeto quando for desenvolvido. A conselheira Sabrina pergunta se perderíamos o dinheiro se esta proposta do processo não for aceita. O conselheiro Wagner responde que não perderíamos o dinheiro. A conselheira fala então que acharia melhor destinar o recurso para a estrada parque. O conselheiro Wagner fala que há uma fila de projetos na Prefeitura para serem realizados com verbas de EIV. O conselheiro Flávio pergunta o que este EIV visa mitigar. O conselheiro Wagner informa que se trata de obra da empresa Queiroz Galvão. A presidente Sílvia também diz que acredita que a estrada parque seria um melhor destino para o recurso. O conselheiro Wagner comenta que ao sair de seu cargo anterior na Prefeitura, deixou a sugestão de que fosse contratada uma empresa para realizar o projeto da estrada parque. A presidente Sílvia comenta que nesta mesma RO vamos discutir o recapeamento em um trecho da Serra, mas o estudo para a estrada parque não foi feito. O conselheiro Wagner argumenta que a Lei Complementar 417/2004 já possui o conceito de estrada parque. O conselheiro Michel argumenta que a ciclovia do projeto em tela necessita ser revisada, pois trata-se de proposta de 2012, logo há necessidade de atualização. O parecer foi colocado em votação, tendo sido **aprovado o parecer da CT** com 11 votos a favor e 5 contra.

5. **Parecer da CTUOS referente a proc. 15.190/2018 sobre a solicitação e regularização das edificações do Uirapuru Country Club** – O conselheiro Vitor projetou e leu aos conselheiros o parecer em que a **CTUOS concorda** com a análise jurídica e com o parecer do CGSJ **sobre o pagamento em pecúnia como medida para minimizar as desconformidades ambientais**. O **parecer foi aprovado** por unanimidade.
6. **Parecer da CTUOS referente a proc. 12.729/2022 sobre a solicitação de diretriz para divisão de gleba** – O conselheiro Vitor projetou e leu o parecer e explicou aos conselheiros que a solicitação é apenas de diretrizes, não se trata ainda de divisão da área. O parecer da CT conclui que concorda com a emissão de diretriz desde que o interessado cumpra as exigências ambientais apresentadas pelo técnico da UGPUMA e que comprove a vegetação nativa de ao menos 50% da área. O conselheiro Samuel pergunta o tamanho da área a ser dividida, ao que o conselheiro Vitor responde que se trata de 774.700 m<sup>2</sup>, mas relembra que o processo não trata da divisão, apenas das diretrizes para uma futura divisão. A presidente colocou o parecer em votação, o qual foi **aprovado** com 18 votos a favor e uma abstenção.
7. **Parecer da CTUOS referente a proc. 14.801-2/2022 sobre a solicitação para recapeamento de trecho da Av. Eng. Tasso Pinheiro** – O conselheiro Vitor projetou e leu aos conselheiros o parecer. Após a apresentação, a conselheira Silvia manifestou-se ressaltando que o trecho em questão se localiza depois do viaduto da rodovia dos Bandeirantes, e que o trecho em pior estado, é o localizado entre a rodovia Anhanguera e o viaduto. A conselheira ressalta que o parecer ressalta o risco de acidentes de trânsito, mas no local não há nem se quer calçada para os pedestres, e que priorizar o trânsito rápido de veículos, não protege os transeuntes e animais. Completa dizendo que a estrada parque seria a solução ideal para o local. O conselheiro José do Café se manifesta, mas por problemas de transmissão de áudio durante sua fala, necessita ser reproduzida pelo conselheiro Caio. O conselheiro transmite então que o conselheiro José do Café acredita que o local já possui muitas lombadas, o que seria suficiente para evitar os acidentes por velocidade. Pelo chat o conselheiro José do Café se manifesta dizendo que no local não há acostamento. O conselheiro Wagner argumenta que após as obras de DAE e as chuvas do período, houve piora nas condições da via e que os moradores apresentaram um pedido de recapeamento. O conselheiro Samuel se manifestou dizendo que para a segurança das pessoas e dos animais é necessário manter as lombadas e sinalização aos motoristas. A conselheira Vânia declarou aos conselheiros que acompanhou a passagem de teiús nesta via e que um dos animais estava ferido por atropelamento. A conselheira acredita que a falta de educação dos motoristas causa acidentes, sendo que a falta de manutenção e lombadas não impediu o atropelamento. O parecer foi colocado **em votação e foi aprovado por unanimidade**. O conselheiro Wagner finaliza a discussão falando que no final, o caso cai na necessidade da estrada parque. A presidente Silvia concorda e diz que não é contra a conservação da via, mas que é totalmente favorável à implantação da estrada parque, do contrário, ficaremos sempre recapeando vias.
8. **Parecer da CTUOS referente a proc. 5.080-9/2003 sobre a solicitação para regularização fundiária de interesse específico** – O conselheiro Vitor projetou e leu o parecer informando que o loteamento em questão possui 20 lotes em área de quase 14.000 m<sup>2</sup> na avenida José Mezalira, não existe mata no terreno, mas há a APP do córrego Ponte Alta com um plantio feito por DAE S/A, cuja área será doada como ALUP. O **parecer** da CT é **favorável** à emissão de certidão ambiental para a

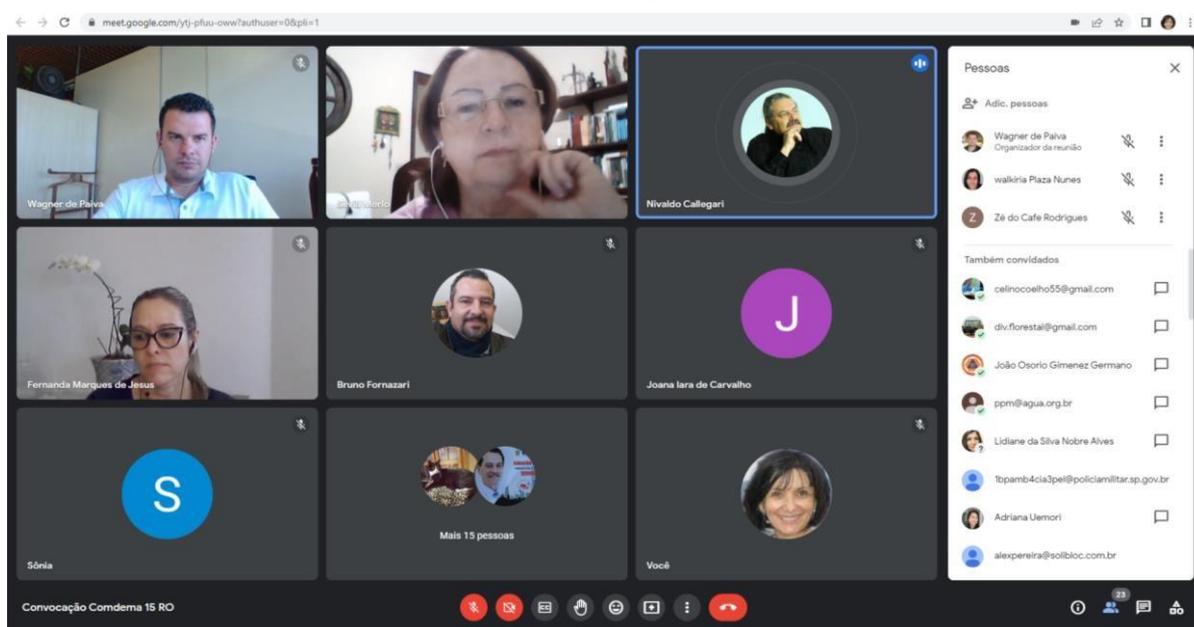
regularização, desde que os lotes não possam sofrer divisão posterior. O parecer foi aprovado por unanimidade.

9. **Outros assuntos** – O conselheiro Vítor distribuiu os processos para a CTUOS: **proc. 891/2022 de regularização fundiária; proc. 598/2022 de certidão de uso do solo; proc. 991/2022 de regularização fundiária.** A conselheira Vânia se manifestou dizendo que o caso do suposto ataque por onça não é verdade, que o sr. Alex da Defesa Civil de Cabreúva vai falar com o rapaz que se acidentou com a motocicleta, o qual assumiu que a história não é verdadeira. A conselheira pede também que se inclua uma pauta para estradas parque na próxima reunião. A presidente Silvia conclui a reunião às 17:05.

A secretária Silvia Santaella, lavrou a presente ata que leva como anexo imagens da reunião, a “Convocação da 15ª Reunião Ordinária” e a lista de presença. Esta reunião foi gravada com permissão dos conselheiros e acordo para que o material fosse usado apenas para apoiar os trabalhos de registro, sem divulgação pública do material.

Jundiaí, 25 de janeiro de 2023.

## ANEXOS



MARTIM DE FRANCA SILVEIRA RIBEIRO está apresentando

## Água em Jundiá

"ÁGUA É FATOR LIMITANTE AO DESENVOLVIMENTO POPULACIONAL E ECONÔMICO"

PREVISÃO – RELATÓRIO DE SITUAÇÃO PCI

**Aumento de 20m<sup>3</sup> no consumo de água nos próximos 5 anos**

**AÇÕES**

- \* PLANO MUNICIPAL DE RECURSOS HÍDRICOS
  - Repensar o ordenamento territorial
- \* ESTUDO DE DISPONIBILIDADE HÍDRICA SUPERFICIAL E SUBTERRÂNEA
  - Capivari, Guapeva e Jundiá, Sistema Caxambu (Vetor Oeste)
  - Pouca água subterrânea: poços de 5 a 10m<sup>3</sup>/h
- \* PLANO DE SEGURANÇA HÍDRICA
  - Pensar na água da nascente à entrega final ao consumidor
  - Ações de contingência e emergência em época de crise hídrica
- \* ESTUDO DE ÁGUA DE REÚSO
  - CSJ Rio Jundiá, potenciais consumidores Industriais

**dae**  
Jundiá

14:51 | Convocação Comdema 15 RO

MARTIM DE FRANCA SILVEIRA...  
Wagner de Paula  
Sônia  
Bruno Fomazari  
Rozemayne Moreira  
Joana Iara de Carvalho  
Fernando Almeida Mucoucah  
Mais 20 pessoas  
Você

### Representantes da Sociedade Civil

Grupo	Entidade	Membro	Nome	Assinatura
Sindicato de Trabalhadores	1	tit.		
		Supl.		
	2	tit.		
		Supl.		
	3	tit.		
		Supl.		
	4	tit.		
		Supl.		
Sindicato Patronal	Centro das Indústrias do Estado de São Paulo	tit.	<b>Liliana Capobianco Palhares</b>	PRESENTE
		supl.		
	2	tit.		
		Supl.		
Entidades Comunitárias de Bairros	Associação de Moradores Fazenda Campo Verde	tit.	<b>Fabio Pereira Campos Alves</b>	
		supl.	Rafael de Godoi	

Associação de Moradores Terra Nova	tit.	<b>José do Café Rodrigues</b>	PRESENTE
	supl.	Rodrigo Pavan Rodrigues	
Associação dos Amigos dos bairros de Santa Clara, Vargem Grande, Cagassu e Paiol Velho	tit.	<b>Sílvia Lúcia Vieira Cabrera Merlo</b>	PRESENTE
	supl.	Eliana Carbonari Schiozer	
Associação de Moradores do Bairro do Caxambu e Região	tit.	<b>Márcia Moraes Torolio</b>	PRESENTE
	supl.		
5			

6			

### Representantes da Sociedade Civil

Entidade	Membro	Nome	Assinatura
Demais Associações	tit.	<b>Nivaldo José Calegari</b>	PRESENTE
	supl.		
	tit.	<b>Sabrina Olivato de Lucci</b>	PRESENTE
	supl.	José Carlos de Souza	
	tit.	<b>Celino Rodrigues Coelho</b>	PRESENTE
	supl.	Ivair Sebastião Rodrigues	
	tit.	<b>Graciela Silva Carvalho Testa</b>	JUSTIFICOU
	supl.	Raquel Gomes Valli Honigmann	
	tit.	<b>Samuel de Oliveira Nunes</b>	PRESENTE
	supl.	Cristina Harumi Adania	
Organizações Não	tit.	<b>Fernanda Marques Jesus Fernandes de Oliveira</b>	PRESENTE

Governamentais		supl.	Alex Pereira Pinto	
	Centro de Orientação Ambiental Terra Integrada – Coati	tit.	<b>Flávio Gramolelli Júnior</b>	
		supl.	Caio Molena	PRESENTE
Escolas Particulares		tit.		
		Supl.		

**Trabalhadores da área de Meio Ambiente**

<b>Entidade</b>		<b>Membro</b>	<b>Nome</b>	<b>Assinatura</b>
Esfera Municipal	Unidade de Gestão de Promoção da Saúde – VISAM	tit.	<b>Rafael Irineu Castelli</b>	PRESENTE

	Unidade de Gestão de Promoção da Saúde – VISAM	supl.	Carlos Hitoshi Ozahata	*Aposentou-se
	UG de Planejamento Urbano e Meio Ambiente – DMA	tit.	<b>Vitor Cesar Martins</b>	PRESENTE
	UG de Planejamento Urbano e Meio Ambiente – DMA	supl.	Joana Iara de Carvalho	PRESENTE
	DAE S/A Agua e Esgoto	tit.	<b>Carlos Eduardo Moraes Pereira</b>	JUSTIFICOU
	DAE S/A Agua e Esgoto	supl.	Rosemeire Aparecida Moreira	PRESENTE
	UG Educação	tit.	<b>Walkíria Plaza Nunes</b>	PRESENTE
	UG Educação	supl.	Adriana Uemori	
	Defesa Civil – UG Casa Civil	tit.	<b>João Osório Gimenez Germano</b>	
	Defesa Civil – UG Casa Civil	supl.	Robson Teixeira Neves	PRESENTE
	UG Infraestrutura e Serviços Públicos – UNIDAM	tit.	<b>Rudislei Santos</b>	
	UG Infraestrutura e Serviços Públicos – UNIDAM	supl.	Anelise Marcos de Assumpção Padovani	
	Fundação Municipal de Ação Social – FUMAS	tit.	<b>Simone Atique Branco</b>	
	Fundação Municipal de Ação Social – FUMAS	supl.	Jean Michael Araújo Leinthier	PRESENTE

Esfera Estadual	Corpo de Bombeiros 19º GB	tit.	<b>Oswaldo Julião Junior</b>	
	Corpo de Bombeiros 19º GB	supl.	Flavio Medrado de Souza	
	Casa da Agricultura de Jundiá	tit.	<b>Flávia Regina Pestana Tirlone</b>	
	Casa da Agricultura de Jundiá	supl.	Bruno Ceneviva Fornazari	PRESENTE

**Administração Pública Municipal e Administração Pública Estadual**

<b>Entidade</b>		<b>Membro</b>	<b>Nome</b>	<b>Assinatura</b>
UGPUMA	Gestor UGPUMA	tit.	<b>Sinéio Scarabello Filho</b>	
	Departamento de Meio Ambiente	supl.	Wagner de Paiva	PRESENTE
UGPS	Vigilância Epidemiológica	tit.	<b>Daniele Cristina Marques Texera</b>	
		supl.	Mariana Freire Oliveira Martin da Silva	
DAE S/A – Água e Esgoto		tit.	<b>Cristina Katsuco Okano</b>	
		supl.	José Antônio Ferreira	PRESENTE
CIAS		tit.	<b>Hélio Carletti Frigeri</b>	
		supl.	Michele Camila Chinellato	PRESENTE
UGISP	Departamento Parques, Jardins e Praças	tit.	<b>Fernando Almeida Muçouçah</b>	PRESENTE
	Departamento Parques, Jardins e Praças	supl.	Renato Steck	
UGADS		tit.	<b>Katsuscia Deldotti Almeida</b>	
		supl.	Heloisa da Graça Buratti	
FSJ – UGAAT	Fundação Serra do Japi	tit.	<b>Vania Plaza Nunes</b>	PRESENTE
	Departamento de Agronegócio	supl.	Silvia Regina Reis Santaella	PRESENTE
Diretoria de Ensino		tit.	<b>Elisabete Rocha Urtado</b>	PRESENTE
		supl.	Carla Zanella Medeiros	
Polícia Florestal		tit.	<b>José Augusto Bravo</b>	
		supl.	Juliano Machado dos Passos	
Divisão de Engenharia Agrícola do IAC		tit.	<b>Pedro SérgioPontes</b>	JUSTIFICOU
		supl.	Sônia Elisabete Pereira	

**Convidados**

<b>Entidade</b>	<b>Nome</b>		<b>Assinatura</b>
PCJ		Rodrigo Mondine	PRESENTE
Guarda Florestal		Rodrigo Gustavo Lopes	PRESENTE
DAE S/A		Martim Ribeiro	PRESENTE
		Eduardo Paniguel	PRESENTE